



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza**
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza**
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Iniciação científica: educação, inovação e desenvolvimento humano

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I56 Iniciação científica: educação, inovação e desenvolvimento humano / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Carla Linardi Mendes de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-441-9
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.419213008>

1. Iniciação científica. 2. Educação. 3. Inovação. 4. Desenvolvimento humano. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Carla Linardi Mendes de (Organizadora). IV. Título.
CDD 001.42

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra “Iniciação Científica: Educação, inovação e desenvolvimento humano”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Iniciação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Reginâmio Bonifácio de Lima

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130081>

CAPÍTULO 2..... 18

ESTRATEGIA METODOLOGICA DE INNOVACION EDUCATIVA PARA LA RESOLUCION DE PROBLEMAS EN MARKETING ESTRATEGICO MEDIANTE UN MODELO INTEGRADOR

Mario Aurelio Coyla Zela

Wendy Vidangos Delgado

José Antonio Rodríguez García

José Luis Morales Rocha

Jarol Teófilo Ramos Rojas

Teófilo Lauracio Ticona

Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130082>

CAPÍTULO 3..... 30

LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NA BAHIA E OS CONHECIMENTOS GEOMÉTRICOS: COMO ACONTECE ESSA ARTICULAÇÃO AO LONGO DA FORMAÇÃO?

Leonardo Araújo Suzart

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130083>

CAPÍTULO 4..... 43

O NOVO PARADIGMA SISTÊMICO

Susana Iglesias Webering

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130084>

CAPÍTULO 5..... 60

COMPETÊNCIA DIGITAL AUTOPERCEBIDA DOS ALUNOS DA UNIVERSIDAD NACIONAL HERMILIO VALDIZÁN DE HUANUCO 2019

Nancy Guillermina Veramendi Villavicencios

Ewer Portocarrero Merino

Clorinda Natividad Barrionuevo Torres

Bethsy Diana Huapalla Céspedes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130085>

CAPÍTULO 6	73
UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DE ESTUDOS SOBRE FELICIDADE NO ÂMBITO ACADÊMICO	
Yasmin Martins Proença	
Priscilla Perla Tartarotti von Zuben Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130086	
CAPÍTULO 7	83
OCIAGOGIA COMO MODELO DE EDUCAÇÃO NA COLÔMBIA	
Diego Alejandro Palacios Amado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130087	
CAPÍTULO 8	96
O LÚDICO COMO ESTÍMULO À LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS	
Noemi Garcia Baptista	
Marina Peixoto Vianna	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130088	
CAPÍTULO 9	109
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Jéssica Larissa Barbosa da Silva Valente	
Heldina Pereira Pinto Fagundes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130089	
CAPÍTULO 10	122
AFRICANIDADES: NOVOS CAMINHOS, PRIMEIROS PASSOS	
Izabel Espindola Barbosa	
Dariane Andrade Valle	
Charles Goiabeira de Amorim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300810	
CAPÍTULO 11	130
AS INFLUÊNCIAS DA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO INFORMAR EDUCAR E PROMOVER A SABEDORIA CIENTÍFICA	
Vanessa Pereira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300811	
CAPÍTULO 12	141
EDUCAÇÃO DO CAMPO: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS CAMPONESES – 6º ao 9º ANO	
Iasmim Mesquita Paiva	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300812	

CAPÍTULO 13	156
CONTINUIDADE ENTRE ETAPAS EDUCATIVAS: ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO ENTRE O JARDIM DE INFÂNCIA E A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	
Luís Miguel Gonçalves de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300813	
CAPÍTULO 14	169
OFICINAS DE NIVELAMENTO, EXTENSIONISMO E PESQUISA DO PROJETO “APOIO À ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV”	
Gilson Jacob Bergoc	
Thamine de Almeida A. Ayoub	
Miguel Etinger de Araújo Júnior	
Sandra M. Almeida Cordeiro	
Léia Aparecida Veiga	
Elisa Roberta Zanon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300814	
CAPÍTULO 15	183
A FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria do Socorro Ramos Sousa	
Edjôfre Coelho de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300815	
CAPÍTULO 16	197
O JOGO DIDÁTICO: CONCENTRAÇÃO PARA O APRENDIZADO DO ESPANHOL	
José Eliziário de Moura	
Ana Lúcia Vidal Barros	
Ana Meire Alves da Silva	
César Claudino Pereira	
Paulo Eduardo Ferlini Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300816	
CAPÍTULO 17	208
OS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NOS PROGRAMAS DE DOUTORADO BRASILEIROS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Cidllan Silveira Gomes Faial	
Eliane Ramos Pereira	
Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva	
Letycia Sardinha Peixoto Manhães	
Lígia Cordeiro Matos Faial	
Lívia Márcia Vidal Pires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300817	

CAPÍTULO 18	223
A MATERIALIDADE DA ESCOLA PRIMÁRIA NO TERRITÓRIO DO ACRE NAS DÉCADAS DE 20 A 60	
Gerinalda de Souza Ferreira Elizabeth Miranda de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300818	
CAPÍTULO 19	237
O MÉTODO DA PESQUISA QUALITATIVA DO FENÔMENO SITUADO. UMA CRIAÇÃO DO EDUCADOR BRASILEIRO JOEL MARTINS, SEGUIDA PELA PROFESSORA MARIA APARECIDA VIGIANNI BICUDO. AS ANÁLISES: IDIOGRÁFICA E NOMOTÉTICA	
Luiz Augusto Normanha Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300819	
CAPÍTULO 20	245
PRÁTICAS EDUCATIVAS E HABILIDADES SOCIAIS DE PAIS DE ADOLESCENTES COM TEA	
Lilian Ferreira do Nascimento Brunna Stella da Silva Carvalho Melo Ana Luiza Cavalcanti Bezerra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300820	
CAPÍTULO 21	260
A ESSÊNCIA ONTOLÓGICA DO TRABALHO E SEU PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO	
Marcos Jeliel Souza Dacorso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300821	
CAPÍTULO 22	265
SAN NICOLÁS DE ESQUIROS Y SANTA MARÍA DEL REFUGIO. EL MÉTODO DIALÉCTICO CRÍTICO PARA SU COMPRENSIÓN	
Alejandra Ojeda Sampson	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300822	
SOBRE OS ORGANIZADORES	279
ÍNDICE REMISSIVO	281

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Data de aceite: 20/08/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Jéssica Larissa Barbosa da Silva Valente

Uneb/ DEDC I, Salvador, BA
<http://lattes.cnpq.br/4627369821218360>

Heldina Pereira Pinto Fagundes

Uneb/DEDC I, Salvador-BA
<http://lattes.cnpq.br/7144753485915650>
<https://orcid.org/0000-0001-8393-3700>

RESUMO: Este trabalho apresenta uma discussão sobre a inserção dos conteúdos da educação em direitos humanos nas práticas da educação infantil. A pesquisa tem o objetivo de analisar quais conteúdos predominam nas pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações Capes, sobre as relações entre educação em direitos humanos e as práticas pedagógicas da educação infantil (no período de 2006 a 2016). Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, com a abordagem de caráter bibliográfico e descritivo. Os resultados mostram que é importante uma maior investida nas produções dessa área de modo a se contruir um acervo que possibilite o trabalho com a referida temática, pois as ações em EDH são essenciais na educação infantil. Os achados indicam que algumas temáticas atuais vêm sendo inseridas nas discussões dessa etapa do processo de escolarização, dentre elas a questão de gênero, relações raciais, direitos das crianças e outros. Conclui-se que é possível conhecer, a partir do

que as pesquisas selecionadas apontam, as principais contribuições da educação em direitos humanos para a construção de práticas educativas promotoras de uma ética comprometida com a promoção e a defesa da dignidade humana, respeito as diferenças, além de outros valores, no contexto da educação infantil.

PALAVRAS - CHAVE: Educação em direitos humanos. Educação infantil. Práticas pedagógicas.

EDUCATION ON HUMAN RIGHTS IN CHILDHOOD EDUCATION PRACTICES

ABSTRACT: This article introduces a discussion on the insertion of human rights education content at early childhood education practices. The research aims to analyze which contents predominate in the Catálogo de Teses e Dissertações Capes, researches about the relationships between human rights education and pedagogical practices at early childhood education (from 2006 to 2016). It is about an investigation of a qualitative research, with a bibliographic and descriptive approach. The results show that a bigger invest is important in the productions of this area in order to build a collection that enables the work with the related theme, since the human rights education actions are essential in early childhood education. The findings indicate that some current topics have been included in discussions at this stage of the schooling process, including the gender issues, education for ethnic-racial relations, children's rights and others. It is concluded that it is possible to recognize, based on what the selected researches indicate, the main contributions of

human rights education to the construction of educational practices promoters of ethic and defense of human dignity, respect for differences, and also other values, in the context of at early childhood education.

KEYWORDS: Human rights education. Early child education. Pedagogical practices

1 | INTRODUÇÃO

Realizar pesquisas sobre a temática da educação em direitos humanos (EDH) é uma oportunidade para o aprofundamento e a produção de conhecimentos voltados para a importância do real papel do professor para uma mudança cultural fundamentada nesses direitos. Somando-se a isso interessa-nos compreender como essas discussões vêm sendo inseridas na educação infantil¹.

Vivemos num país onde a violência, a falta de respeito perante as diferenças, os ataques à democracia estão presentes em toda parte. Portanto, conhecer o trabalho que se realiza em sala de aula com a EDH poderá contribuir para promover uma cultura de respeito à dignidade humana, que é um dos princípios que sustentam a democracia e as sociedades humanas mais desenvolvidas.

O sistema educativo não pode ignorar essa realidade. Nesse sentido, os conhecimentos construídos, pautados na educação em direitos humanos, são essenciais para a formação de educadores que possivelmente atuarão, dentre outros, no campo da educação infantil, etapa da formação humana que possibilita o exercício de uma práxis pedagógica, fundada em valores humanos, criando assim novos sujeitos prontos para exercitar sua cidadania.

Para falar sobre a relevância teórica da temática em questão, buscamos entender, através dos principais documentos normativos e de autores como Benevides (2000), Sacavino (2008), Gonçalves (2016), Lopes (2014), e outros, o que é a educação em direitos humanos e suas principais contribuições para a educação infantil.

Esse tipo de formação preconizada nas diretrizes da educação em direitos humanos é tão importante que deve começar desde a educação infantil, uma vez que essa etapa da educação básica é responsável pela produção da identidade e subjetividade, conforme assegura Silva (1996), quando salienta que o currículo escolar tem também essa característica.

Diante disso, considera-se importante questionar sobre quais temáticas relacionadas à educação em direitos humanos, nas práticas da educação infantil, têm predominado nas produções acadêmicas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no

¹ Esta pesquisa foi realizada como pesquisa de Iniciação Científica, vinculada à Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Edital nº 013/2017, e bolsa de I.C, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), para os estudantes integrantes da pesquisa. Trata-se de um subprojeto da pesquisa da Profa. Dra. Heldina Pereira Pinto Fagundes “Educação em direitos humanos na educação infantil: tecendo diálogos com o currículo e a formação de professores”, que também compõe o “Projeto Guarda-chuva”, envolvendo o estudo com outras etapas da educação, coordenado pela Profa. Dra. Graça dos Santos Costa “Interlocuções entre educação em direitos humanos, currículo e formação de professores. ”, do Grupo de Pesquisa GREDHI, Uneb.

período de 10 anos (de 2006 a 2016)? Tal recorte foi dado, tendo em vista que é nessa etapa da educação básica que se podem formar valores considerados fundamentais para o exercício da condição humana no planeta terra, com o escopo de alcançar as metas e objetivos propostos para a formação de sujeitos autônomos e éticos, capazes de agir no mundo de forma mais responsável e solidária.

Para tanto, definimos como objetivo geral analisar quais conteúdos predominam nas pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações Capes sobre as relações entre educação em direitos humanos nas práticas pedagógicas da educação infantil (no período de 2006 a 2016).

Para organizar as ações desta pesquisa, foram definidos dois objetivos específicos: 1) descrever os principais temas relatados nas pesquisas os quais foram considerados como sendo uma prática de EDH; 2) discutir as relações existentes entre educação em direitos humanos e as práticas pedagógicas na educação infantil como algo capaz de propiciar a formação cidadã para crianças pequenas.

Acreditamos que seja possível conhecer, a partir do que as pesquisas selecionadas apontam, as principais contribuições da educação em direitos humanos para a construção de práticas educativas promotoras de uma ética comprometida com a promoção e a defesa da dignidade humana, respeito as diferenças, além de outros valores, no contexto da educação infantil.

2 | METODOLOGIA

A escolha da metodologia fundamenta-se numa epistemologia que busca compreender a ação humana a partir de uma perspectiva não-convencional, conforme descrito por Alves (1991). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza fontes secundárias selecionadas em base de dados digitais. É uma pesquisa bibliográfica descritiva, que emprega alguns termos de busca para a localização dos trabalhos científicos publicados.

Nesse sentido, a coleta de dados contempla as produções científicas oriundas de pesquisas sobre educação em direitos humanos e educação infantil. Os dados foram coletados na biblioteca digital Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Considerando que na pesquisa qualitativa o pesquisador procura compreender o fenômeno, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situa sua interpretação dos fenômenos estudados (BOGDAN & BIKLEN, 1994), realizamos as aproximações desta pesquisa com uma epistemologia qualitativa. Desse modo, descrevemos aqui as perspectivas dos diversos autores sobre o modo como estabelecem interfaces entre a EDH e as práticas curriculares na educação infantil.

Para localizar os trabalhos nas bases pesquisadas, empregamos os seguintes descritores: 1) “educação em direitos humanos e educação infantil”; 2) educação infantil e direitos humanos”; 3) “educação infantil e cidadania ativa”; 4) educação em direitos

humanos e a criança pequena”; 5) “infância, escola e educação em direitos humanos”.

A organização e a análise dos dados procuram seguir as orientações da técnica da análise de conteúdo, na modalidade temática, que segundo Minayo (2007) é a mais usual técnica da análise e consiste em isolar os temas de um texto, de acordo com o problema pesquisado e comparar com outros textos escolhidos da mesma maneira.

3 | EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA EDUCATIVO BRASILEIRO

Após a ditadura militar, instalada no Golpe de 1964, na década de 80, o Brasil passou por um profundo processo de redemocratização, caracterizado por movimentos de luta e defesa de direitos que se refletiram no campo educacional. Nesse bojo, surgem as primeiras experiências de educação popular paralelamente as experiências em EDH (SACAVINO, 2008).

Posteriormente, a partir dos anos de 1990, o crescimento e importância dos direitos humanos, conforme expresso na Conferência e Programa de Ação de Viena, de 1993, impulsionou muitos países a promoverem essa discussão, tornando mais robusta também as bases da educação em direitos humanos. A partir daí, a EDH, no Brasil, é contemplada nos principais documentos referência, com destaque, na área da educação, para o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH - (BRASIL/MEC/SEDH 2007) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – DNEDH - (BRASIL/CNE/MEC 2012).

Assim, as diretrizes, em forma de parecer CNE/CP/08/2012 e homologadas pela resolução CNE/CP/01/2012, tem como principal objetivo orientar as instituições públicas e privadas na elaboração e efetivação de políticas que contemplem os direitos humanos nos currículos, programas de formação e de materiais didáticos e paradidáticos, em todas as áreas de conhecimento, em todos os cursos, e nos diversos níveis de ensino, na pesquisa e extensão. (SILVA, p. 8)

As DNEDH, de 2012 (BRASIL, 2012) são um documento normativo, que devem ser seguidas pelas instituições do sistema educativo brasileiro, as quais devem fazer alterações em seus currículos, fomentar políticas, atualizar materiais didáticos, entre outros. Essas instituições também têm que atentar para as finalidades e princípios estabelecidos no mesmo documento:

Art. 3º: a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - **dignidade** humana; II - **igualdade** de direitos; III - **reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades**; IV - laicidade do Estado; V - **democracia** na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012).

Esses princípios dialogam com a noção de educação em direitos humanos, na perspectiva defendida neste trabalho. Compreendemos que a EDH como uma formação baseada em valores que visam à instrumentação dos sujeitos para transitarem no mundo de forma empoderada, a partir do exercício de sua cidadania, usufruindo de seus direitos e cumprindo seus deveres. É o que fica explícito na definição das DNEDH:

A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. Sob esta perspectiva promover-se-á o empoderamento de grupos e indivíduos, situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo a sua organização e participação na sociedade civil [...]. (BRASIL, 2012, p. 8-9).

As Diretrizes, assim como outros documentos, auxiliaram na implementação da Educação em Direitos Humanos no Brasil. Com essa nova demanda as escolas brasileiras vêm tentando ajustar-se a essa condição regulamentária.

Assim, ao pensarmos no processo histórico da EDH no Brasil, podemos dizer que houve avanços. Principalmente considerando a aprovação de instrumentos legais e documentos que servem como referência na construção de propostas pedagógicas e projetos educacionais que preveem o desenvolvimento de ações relacionadas à construção de conhecimento sobre essa temática nas escolas. Mas ainda há muito no que avançar ao que se refere à efetivação dessas propostas curriculares na formação do professor que pretende trabalhar com a EDH na educação infantil.

Parte-se da noção, aqui, de que os educadores precisam ser capacitados e sensibilizados para a familiarização com a temática, de modo a multiplicar nos seus respectivos ambientes de trabalho os esforços para promoção dos direitos humanos na educação básica. Ou seja, grande parte das iniciativas para o desenvolvimento de uma cultura compatível com os direitos humanos se concentra na inferência de que, antes de tudo, o educador precisa ser educado, para então, em uma nova etapa, passar a desenvolver conteúdos e ações junto às crianças, adolescentes e adultos com os quais trabalha (SOUZA, 2013 p. 52).

É necessário que a formação em EDH possibilite o trabalho com valores de justiça social, igualdade, respeito às diversidades e promoção dos direitos humanos. Isto significa uma possibilidade para que se consolide na escola, desde a educação infantil, a construção de uma lógica da solidariedade, pois, é na primeira infância que se deve assumir o compromisso de formar o cidadão com base nesses pilares de respeito à dignidade humana, assumindo assim um novo modelo de educação democrática que propicie um

desenvolvimento saudável para as crianças brasileiras.

Por certo, não é possível defender valores como a dignidade, a liberdade e a igualdade inerentes à pessoa humana se no próprio ambiente de difusão destes são encontradas situações flagrantes de autoritarismo e discriminação, contrários à sociedade democrática. Do ponto de vista da educação em direitos humanos para educadores, portanto, acredito ser necessário problematizar a própria prática educativa destes profissionais com vistas à promoção dos direitos humanos (SOUZA, 2013, p. 52-53).

Na mesma linha defendida pelo autor acima, acreditamos que a escola tem a função social e política de formar sujeitos para cidadania, consolidando valores necessários para promoção de autonomia da criança de forma que possibilite dar sentido aos direitos humanos, podendo assim contribuir para a afirmação de valores. Assim, as práticas na educação infantil devem estimular a criticidade, a sensibilidade de seus educandos para que eles, no futuro, não se acomodem diante de situações de violações dos direitos humanos e ataques à democracia.

A base para uma formação que promova o desenvolvimento humano, integral e de qualidade para qualquer criança, está nas práticas de ensino inovadoras que dão sentido aos discursos sobre educação em direitos humanos, que proponha uma formação para a cidadania e para mudança cultural da nossa sociedade. Para isso uma nova postura de ensino precisa ser criada para que se forme pessoas humanizadas e conscientes.

Além disso, é muito pertinente o desenvolvimento de atividades que promovam atitudes de respeito às diferenças e à diversidade, tendo como fundamento a igualdade e dialogicidade. Nesse sentido, as práticas curriculares na primeira etapa da educação básica também precisam problematizar a realidade, conscientizando as crianças, desde muito pequenas sobre a existência de relações de opressão, exploração, violência, numa perspectiva de combate ao ideário que propicia a continuidade do processo histórico de colonialidade.

Há uma intencionalidade em consolidar uma cultura de promoção de direitos humanos a começar pela criança. Mas além da intencionalidade é necessário a garantia da efetivação da EDH como política pública, estando presente nos currículos de professores que irão atuar principalmente na educação infantil. Pois, não há educação de sucesso quando a formação humana não é trabalhada. Portanto, trataremos a seguir sobre a importância da EDH para a construção dos novos sujeitos de direitos desde a educação infantil.

4 | EDUCAÇÃO INFANTIL E OS NOVOS SUJEITOS DE DIREITOS

A promoção da Educação em Direitos Humanos (EDH) e sua efetivação na educação infantil se caracteriza como uma tarefa de longo prazo e um tanto quanto difícil, todavia podemos dizer que é mais que necessária para impulsionar as crianças, desde a creche, na luta pelos seus direitos e dos de quem as cercam.

A escola é o espaço público mais apropriado para introduzir essa temática na vivência das crianças desde a educação infantil. A “infância é o tempo em que criança deve se introduzir na riqueza da cultura humana histórica e socialmente criada, reproduzindo para si qualidades especificamente humanas” (MELLO, 2007, p. 90 apud GONÇALVES, 2016 p.10).

Para isso, é importante trazer aqui o conceito de educação infantil de Andrade (2010, p. 98): “A educação infantil é reconhecida como primeira etapa da educação básica, devendo ocorrer, segundo o artigo 30, nas modalidades creche (atendimento às crianças de até 3 anos de idade) e pré-escola (atendimento às crianças de 4 a 6 anos de idade)”.

Dessa forma, é nessa primeira etapa que a prática pedagógica, com os princípios estabelecidos na EDH, devem começar, no sentido de mobilizar, a partir da infância, o espírito de defesa de direitos, o engajamento pela luta do fortalecimento da democracia e da garantia de liberdade e de igualdades para humanidade.

Vivemos em uma sociedade marcadamente excludente, em que algumas pessoas são relegadas à periferia social. A esses sujeitos é esperada a condição de serem esquecidos pela sociedade e lembradas apenas quando a elite dominante precisa de mão de obra. A educação é a possibilidade de inserir as pessoas na sociedade, mas não só de inseri-las e sim de fazê-las participar da vida social como cidadãos ativos. (MENESES, 2017. p. 105).

De fato, a educação em direitos humanos visa uma nova cultura de direitos que vai além de práticas e conteúdos que defendem pilares de igualdade, liberdade e respeito, pois, se constitui como uma educação para mudança de mentalidades.

Conforme Benevides (2000), direitos humanos são aqueles direitos comuns a todos, sem distinção de cor, nacionalidade, sexo, classe social, religião, etnia, instrução, ou julgamento moral. Decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca a todo ser humano. Assim, a essência da EDH está na criação de práticas para formação de uma cultura que preserve a dignidade humana.

Essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2000, p. 1).

Nessa perspectiva, o trabalho com a EDH, se for realizado de forma compromissada e crítica nas turmas de educação infantil, pode, no futuro, contribuir para a mudança da sociedade. Pois, a EDH é capaz de alcançar um resultado tão otimista, a ponto de empoderar esses grupos, no sentido de torná-los defensores dos seus direitos e de outras pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade, para que, no futuro, seja possível vivermos numa sociedade que valorize e respeite as diferenças étnicas, culturais, de gênero, sexualidade, o meio ambiente, entre outros, e que não se cale em situações de

violação de direitos, criando assim uma cultura de paz.

Lopes (2014), destaca a ausência do poder público no processo de garantia dos direitos das nossas crianças.

Com relação aos direitos da criança e do adolescente, constata-se ainda a existência de uma crônica continuidade de violações desses direitos, principalmente na luta pela garantia e efetivação de direitos já legalmente reconhecidos, tendo em vista constarem na normativa nacional e internacional. As análises críticas presentes na literatura do pensamento social indicam a ausência do poder público para empreender os esforços necessários à promoção da universalidade dos direitos com equidade e justiça social e, ainda, para garantir a proteção a todas as crianças e adolescentes, de modo a tornar efetivo o seu direito de se desenvolverem em ambientes sustentáveis, seguros e socialmente inclusos. (LOPES, 2014. p. 59).

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, é primeiro documento nacional que fala sobre a proteção à infância e sobre a garantia dos seus direitos. Após sua vigência, outro importante instrumento legal que ratifica os direitos da infância a ser considerado ainda hoje é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90. Essa lei garante, às crianças e adolescentes, os direitos comuns a todas as pessoas humanas, conforme estabelecido no Art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condição de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, p.11).

O ECA, de 1990, tem sido considerado um importante instrumento promotor de grande avanço na política social de proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Além desse instrumento existem inúmeras outras políticas públicas para a educação infantil que garantem os direitos previstos na constituição, colocando a criança como cidadã, com ferramentas que garantem mecanismos para o seu desenvolvimento integral. Ainda assim, é possível constatar uma certa dificuldade em garantir uma educação que de fato valorize essa fase da vida.

O Estado brasileiro é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989, como já foi retratado antes, que é a mais forte influência para a edição do ECA, que assegura às crianças e aos adolescentes o direito à proteção integral e à prioridade absoluta, como sujeitos de direitos, protagonistas e autônomos, frente a todas as formas de violação de seus direitos, inaugurando assim um padrão avançado de política social fundamentada na promoção e garantia de direitos econômicos e sociais a serem assegurados à família, pela sociedade e pelo Estado. O ECA inaugurou um padrão avançado de política social fundamentada na promoção e garantia de direitos econômicos e sociais a serem assegurados à família, pela sociedade e pelo Estado. (LOPES, 2014. p. 60)

Enfim, a constituição federal de 1988, o Estatuto da Criança e do adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, foram importantes para a garantia de muitas políticas públicas na educação infantil. Porém no campo da efetivação de direitos existe uma incompatibilidade no que se refere às práticas pedagógicas para crianças menores de cinco anos, caracterizada muitas vezes como espaços assistencialistas.

O fato é que a criança só passa a ser vista como sujeitos de direitos na história do Brasil recentemente.

a consideração da criança como sujeito de direitos significa reconhecê-la enquanto ser humano, sujeito histórico e cultural que é capaz de participar do seu próprio processo formativo, pois toda a criança tem o direito de ler o mundo, de conhecer e debater sobre os seus próprios direitos, de conhecer, aprender e participar do seu próprio processo formativo e de ser respeitada enquanto sujeito de direitos. (GONÇALVES, 2016 p. 12).

Entretanto, estamos hoje em um novo tempo, a necessidade da preservação dos direitos humanos se tornam cada vez mais urgentes, e é nessa direção que a escola como espaço de formação integral de pessoas deve trabalhar. Pois, não há educação de sucesso sem uma formação humana que dê subsídios para a vida na cidadania.

No atual cenário educacional no qual nos encontramos, repensar a escola significa dar voz aos novos sujeitos de direitos, no sentido de humanizar a educação, partindo da premissa que o processo de escolarização deve formar primeiramente seres humanos, para isso é necessária uma ação voltada para a cidadania, criticidade e emancipação de cada sujeito. Por isso, defendemos que a EDH seja plenamente efetivada no currículo escolar, conforme disposto nas DNEDH, principalmente para garantir uma ação pedagógica responsável e coerente com os princípios da formação humana desde a primeira infância, que é período de formação da identidade e da subjetividade.

5 | EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS TESES E DISSERTAÇÕES DA BIBLIOTECA CAPES

Procuramos selecionar e analisar teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações Capes que abordam as discussões sobre a educação em direitos humanos no contexto da educação infantil, usando os termos de busca anteriormente mencionados. Após o processo de levantamento descrito acima fizemos os protocolos de leitura com intuito de fichar e aprofundar a discussão proposta. Esse material será utilizado na pesquisa maior na qual este trabalho colaborou.

Neste texto, apresentamos apenas parte do processo que ocorreu na pesquisa, destacando somente o material localizado na biblioteca Capes. Durante as buscas foram encontrados diversos trabalhos, que após a leitura dos resumos e, muitas vezes, até de parte da pesquisa, foram aceitos por nós ou descartados. As teses e dissertações elencadas no quadro 1, a seguir, foram as que mais se aproximaram do nosso objeto de estudo. São

publicações do período de 2006 a 2016, com os principais temas/conteúdos abordados.

ANO	AUTOR/A	TIPO	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	TEMA
2007	Marcilene Regina Blanco	Mestrado	Jogos cooperativos e educação infantil: limites e possibilidades.	USP	Jogos cooperativos; o lúdico e a educação infantil; interação social.
2010	Shirley Elziane Diniz Abreu	Doutorado	A Criança em Acolhimento Institucional e o Direito Humano à Educação Infantil: Sob as teias do abandono	UFPB	Materializar os direitos das crianças tendo em vista a proteção integral
2013	Juliana Lopes Garcia	Mestrado	Gênero no cotidiano escolar de uma turma de educação infantil: uma análise na perspectiva histórico-cultural	UEL	Educação de crianças; educação sexual; educação pré-escolar; gênero na educação infantil.
2014	Railda Lopes da Rocha	Mestrado	Educação Infantil Como Direito da Criança Cega Congênita	UNIMEP	Integração, nos espaços educativos infantis públicos, as políticas públicas federais e as do município de São Paulo, bem como a relação do direito à educação na modalidade educação especial.
2015	Gisele Gonçalves	Mestrado	A criança como sujeito de direitos: um panorama da produção acadêmica brasileira (1987-2013).	UFSC	Execução de políticas nacionais de educação infantil
2016	Ana Braúna Souza Barroso	Mestrado	Jogos cooperativos na educação infantil e suas implicações para o espaço da sala de aula	UNB	Relações sociais estabelecidas pelas crianças na vivência dos jogos Cooperativos, o brincar na educação infantil.
2016	Sandro Vinicius Sales dos Santos	Doutorado	Socialização de gênero na educação infantil: uma análise a partir da perspectiva das crianças	UFMG	Socialização de gênero pela perspectiva das crianças

Quadro 1. Distribuição das dissertações e teses publicadas no período de 2006 e 2016 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Fonte: Informações produzidas pelos autores (2018).

Foi possível perceber, nesta pesquisa, que existe uma lacuna na estruturação do acervo de produção de conhecimento sobre a temática educação em direitos humanos na educação infantil. Isto porque, apesar de encontrar muitas experiências relacionadas aos direitos humanos e a educação em direitos humanos, pudemos constatar que existem poucas produções que dizem respeito à especificidade da temática relacionada à educação

infantil, na perspectiva curricular, na referida biblioteca digital.

Ao pensarmos sobre o processo histórico da EDH, é possível dizer que esse campo é recente, e por ser iniciante podemos considerar esse fato como justificativa para as poucas produções encontradas relacionadas à educação infantil. Devido a essa dificuldade em encontrar acervo que trate da especificidade do tema em questão, consideramos importante uma maior investidas nas produções dessa área para poder contribuir com a relação entre os princípios de justiça, igualdade e solidariedade nas práticas docentes de professores da educação infantil.

Considerando as práticas curriculares como o currículo em ação, no qual os profissionais docentes oportunizam momentos significativos para as crianças, considerando tanto as de creche, de 0 a 3 quanto as de 4 a 5 anos, foi ainda mais difícil localizar trabalhos que realizam essa interface entre as temáticas estudadas, no caso específico, aparece apenas um trabalho que aborda a realização de jogos cooperativos.

Entretanto, no desenvolvimento das práticas da educação infantil, a própria concepção de educação, infância, crianças, brincar e cuidar, articulada à perspectiva crítica de educação em direitos humanos, possibilita a organização de rotinas, do espaço e do tempo, de modo a “oportunizar um ambiente em que as crianças, brinquem, explorem, experimente, convivam, construam com liberdade criativa” (CORDEIRO 2019, p. 1073).

Monteiro e Tavares (2013, p. 53) também salientam que “ainda é significativo assinalar que existem várias razões para educar em direitos humanos, e todo o descrito anteriormente reafirma a importância que tem essa área”.

Percebemos que o trabalho com a EDH é essencial em qualquer contexto educacional, principalmente na educação infantil que é a etapa da vida da criança onde a educação pode realmente fazer a diferença, pois é aí que aspectos importantes da identidade e subjetividade começam a ser construídos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação em Direitos Humanos é essencial no espaço escolar, principalmente na educação infantil, fase em que é possível promover mudanças significativas em prol da melhoria da nossa sociedade, o que torna o papel da EDH ainda mais consistente. Pois, a EDH trata de valores humanos, fortalecimento da democracia, respeito às diferenças, preceitos esses que são essenciais para a formação humana, principalmente na educação das crianças pequenas e bem pequenas.

Assim, conforme definido nos objetivos, foi possível destacar alguns conteúdos que dialogam com a EDH, na perspectiva defendida aqui. O Quadro 1 mostra os conteúdos mais próximos, que destacamos novamente aqui: cidadania, direitos da criança, gênero, fortalecimento de vínculos, direitos humanos, infância, políticas para a infância, educação infantil e participação.

Entretanto, percebemos que não aparecem publicações relacionadas à questão étnico-racial. É importante destacar essa questão aqui, pois essa temática é uma das mais relevantes dentro do campo da EDH, porém tem sido silenciada nas escolas e nas produções acadêmicas (FRANCO; FERREIRA, 2018).

Em relação à busca de materiais na base de dados da Capes, notamos uma carência no que consiste à produção de conhecimento científico voltado à temática da educação em direitos humanos na educação infantil. Isto porque, no intervalo de tempo entre 2006 a 2016 foram encontrados poucas produções que tratem da especificidade da temática na educação infantil que é o nosso foco, mas foram localizados muitos trabalhos que discutem sobre criança e infância, especialmente a partir do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo (77): 53-61, maio 1991.

ANDRADE, L.B.P. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. **Direitos da infância: da tutela e proteção à cidadania e educação**[online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 80 a 125 ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Programa Ética e Cidadania, S. L., 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf&62>. Acesso em: 29 março 2018.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto. Porto Editora, 1994.

CORDEIRO, Inalda Maria de Lima. Ser professor de bebês e crianças pequenas nas creches e centros de educação infantil; os desafios de práticas docentes não conteudistas. IN: Educação infantil e práticas pedagógicas O lúcido na educação infantil como forma de desenvolvimento. **Revista Educar** FCE, n. 01, vol. 18, mar 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8/2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, MEC/CNE, 2012.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças, FERREIRA, Fernando Ilídio da Silva. Pesquisar e educar para as relações étnico-raciais na educação infantil: uma luta contra o ruído do silêncio. **Revista Zero-a-seis**. v. 19 n. 36, jul a dez 2017: Acesso em: 1º set 2018.

GONÇALVES, Gisele. **A criança como sujeito de direitos: limites e possibilidades**. Reunião científica da ANPED, UFPR-Curitiba, 2016.

LOPES, Maria do Socorro Estrela. **Proteção às crianças e aos adolescentes em processo de escolarização à luz dos direitos humanos: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. UFPA, João Pessoa, 2014. 194f.

MENESES, João Paulo Dias. **O movimento de educação de base no período 1961- 1964:** qual a perspectiva de direitos humanos? UFPB. Recife, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

SACAVINO, Susana Beatriz; BANNELL, Ralph Ings. **Educação em/para os direitos humanos em processos de democratização:** o caso do Chile e do Brasil. Rio de Janeiro, 2008, 289 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SILVA, Aída Maria Monteiro. Educar em Direitos Humanos no Brasil: o processo de implantação de políticas públicas. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT3/GT3_Coimunicacao/AidaMariaMonteiroSilva_GT3_integral.pdf>. Acesso em: 04 nov 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais:** as transformações na política da pedagogia ena pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Leandro Corsico. **Direitos humanos na capacitação de educadores:** o que são? Para que servem? Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. 145f, Curitiba, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Andragogia 88

Antropogogia 88

Aprendizagem 60, 61, 62, 63, 70, 85, 86, 87, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 124, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 136, 154, 159, 160, 162, 164, 165, 170, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 242, 246, 250, 257, 258

Arquitetura 170, 182, 235

Autonomia 34, 43, 45, 50, 53, 54, 55, 57, 58, 74, 76, 78, 114, 190, 191, 192, 205, 258

C

Ciências 11, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 47, 50, 52, 57, 59, 96, 99, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 129, 155, 156, 157, 160, 198, 208, 210, 211, 216, 221, 229, 231, 236, 238, 259, 279, 280

Competência digital 10, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72

complexidade 33, 43, 47, 49, 50, 51, 58, 77, 106, 177, 188

Complexidade 43

Conhecimento 9, 4, 10, 11, 12, 14, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 63, 74, 75, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 97, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 118, 120, 121, 123, 125, 127, 130, 132, 134, 136, 139, 147, 154, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 181, 182, 187, 190, 194, 199, 201, 203, 205, 206, 209, 210, 211, 216, 218, 220, 221, 224, 231, 236, 239, 242, 249, 262

Conscientização 61

Cultura Material Escolar 223

Currículo 10, 11, 30, 110, 117, 119, 136, 157, 160, 166, 198, 244

D

Desenvolvimento 2, 9, 1, 2, 3, 5, 12, 13, 14, 16, 31, 42, 46, 47, 48, 54, 56, 57, 62, 70, 71, 77, 80, 82, 84, 98, 99, 104, 105, 113, 114, 116, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 130, 132, 134, 143, 154, 160, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 210, 219, 221, 225, 238, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 279

Desigualdades Regionais 1, 13

Didática 19, 25, 72, 91

E

Educação científica 17

Educação Física 12, 198, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

229, 230

Educação Matemática 30, 31, 32, 40, 41, 42, 279

Educación 16, 60, 70, 71, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 207, 277

Engenharia Civil 170, 182

Ensino Lúdico 96, 98, 100, 101, 104, 105

Equipe Multidisciplinar 169, 170

Escola Primária 13, 223, 224, 225, 226, 235, 236

Espaço Público 115

Espanhol 12, 67, 68, 69, 71, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 211

Estímulo à leitura 11, 96, 105

Extensão Universitária 122, 169

F

Financeirização 13, 260

G

Geometria 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42

Gerencia 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27

Gestión 19, 25, 26, 277

H

História 1, 15, 17, 47, 52, 55, 56, 98, 106, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 144, 145, 164, 188, 190, 198, 218, 219, 224, 230, 231, 235, 236, 245

I

Innovación 19, 21, 22, 26, 27, 92

J

Jogo 12, 144, 171, 172, 178, 179, 197, 202, 203, 204, 205

L

Licenciatura em matemática 37, 41

liderança 179

M

Marketing 10, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28

Metodologias Ativas 169, 173, 182, 202

Modelo 10, 11, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 43, 45, 49, 51, 52, 57, 70, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 113, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 173, 190, 210, 213, 223, 238, 240, 245, 247, 257, 258, 259, 269

O

Ocio 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Oficinas de nivelamento e integração 169, 182

P

Paradigma Sistêmico 10, 43, 44, 45, 49, 53, 59

Pedagogía 88, 89, 92, 93, 94, 95

Pesquisa Qualitativa 13, 4, 30, 41, 43, 57, 81, 111, 121, 209, 221, 237, 238, 239, 240, 242, 244

Precarização 260, 262, 263

Projeto Pedagógico 197, 199, 200, 203

R

Recreación 88, 93, 94, 95

Referencial Teórico 170, 208, 209, 212, 214, 215, 217, 219

Reforma Trabalhista 260

Relação Professor-Aluno 130, 132, 140

S

Sistemas 25, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 71

T

Território do Acre 13, 223

TIC 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021